



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Ata - Comissão Permanente		
Direitos Humanos, Habitação, Igualdade Racial e Defesa do Consumidor		
Reunião: 31ª Ordinária	Sessão legislativa: 3ª	Legislatura: 19ª
Data: 26/9/23		
Horário de início: 9h37min		Horário de encerramento: 10h51min
Local: Plenário Camil Caram		
Vídeo da reunião disponível no portal da Câmara		

ABERTURA

Sob a presidência do vereador Gilson Guimarães, que registrou a presença do vereador Pedro Patrus e a presença remota do vereador Bruno Miranda, reuniu-se a comissão.

Havendo quórum, o presidente declarou abertos os trabalhos.

ORDEM DOS TRABALHOS

COMUNICAÇÃO DE APROVAÇÃO DE ATAS

Como não houve impugnação, o presidente comunicou a aprovação das atas da 29ª e da 30ª reuniões ordinárias, realizadas em 12 e 19/9/23, respectivamente.

Informou que inverteria a ordem dos itens da pauta, passando-se à apreciação do seguinte item:

DISCUSSÃO E VOTAÇÃO

EM TURNO ÚNICO: 1) Requerimento de Comissão nº 2.538/23 - envio de indicação ao “prefeito Fuad Noman” para “sugerir a retirada de suporte nos bancos da praça da Savassi, conforme identificado durante visita técnica da CPI da população em situação de rua, realizada em 12 de setembro de 2023”. Autoria: vereador Bruno Pedralva.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Aprovado por unanimidade.

2) Requerimento de Comissão nº 2.539/23 - pedido de informação ao “prefeito Fuad Noman” e à “secretária municipal de Assistência Social, Segurança Alimentar e Cidadania, Rosilene Rocha,” para “obter informações sobre projeto de instalação de equipamento CRAS, em imóvel situado na Avenida Capim Branco, nº 231, no bairro Vista Alegre”. Autoria: vereadora Fernanda Pereira Altoé.

O presidente registrou a presença do vereador César Gordin.

Aprovado por unanimidade.

3) Requerimento de Comissão nº 2.561/23 - realização de Visita Técnica para “verificar as possibilidades de planejamento, implantação e funcionamento de um Centro de Referência de Assistência Social - CRAS em imóvel da Prefeitura de Belo Horizonte, localizado na Avenida Capim Branco, nº 231, Bairro Vista Alegre”, no dia 18/10/23, às 14 horas, no ponto de encontro na Avenida Capim Branco, nº 231, Bairro Vista Alegre. Autoria: vereadora Fernanda Pereira Altoé.

Aprovado por unanimidade.

O presidente registrou a presença do vereador Bruno Pedralva, suplente do vereador Pedro Patrus.

4) Requerimento de Comissão nº 2.579/23 - realização de Audiência Pública para “debater os recentes casos de violência contra trabalhadores em educação ocorridos durante o exercício de suas funções na rede municipal de Belo Horizonte” no dia 17/10/23, às 9h30min, no Plenário Camil Caram. Autoria: vereadoras Cida Falabella e Iza Lourença.

Aprovado por unanimidade.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

5) Requerimento de Comissão nº 2.580/23 - alteração de lista de convidados de Audiência Pública para “discutir ‘O quesito raça/cor nos questionários municipais e a coleta e processamento de dados raciais pela Administração Pública de Belo Horizonte’”. Autoria: vereadora Iza Lourença.

Aprovado por unanimidade.

6) Requerimento de Comissão nº 2.581/23 - pedido de informação ao “prefeito Fuad Noman” e à “Secretaria Municipal Desenvolvimento Econômico, na pessoa do secretário Fernando Campos Motta,” para “obter informações sobre o programa Estamos Juntos”. Autoria: vereadora Marcela Trópia.

Aprovado por unanimidade.

EM SEGUNDO TURNO: 7) Projeto de Lei nº 564/23 - “Institui o Programa Municipal de Incentivo às Batalhas de Rimas, aos Saraus e aos Slams”. Autoria: vereadora Iza Lourença, vereador Bruno Pedralva, vereadora Cida Falabella e vereador Pedro Patrus.

Aprovado, por unanimidade, o parecer do relator, vereador César Gordin, pela aprovação das emendas nºs 1 e 2 e da Subemenda nº 1 à Emenda nº 2 e pela rejeição das emendas nºs 3 e 4 e da Subemenda nº 1 à Emenda nº 3.

OUTROS ASSUNTOS DA COMISSÃO

O presidente deu ciência à comissão do recebimento de ofícios em resposta aos requerimentos de comissão nºs 607 e 2.098/23.

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Finalidade: discutir a regulamentação do Passe Livre Saúde e também a necessidade de ampliar o benefício para usuários do serviço público do SUS e outras condições clínicas, para além da oncologia

Requerimento de Comissão nº: 2.159/23



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Autoria: vereador Bruno Pedralva

O vereador Bruno Pedralva assumiu a presidência da reunião.

Compuseram a mesa: 1) a presidenta do Conselho Distrital de Saúde Nordeste, Aparecida Maria de Oliveira Silva; 2) o presidente do Conselho Distrital de Saúde Centro-Sul, Paulo Lúcio de Chagas; 3) a gerente de Controle e Avaliação da Secretaria Municipal de Saúde - SMS, Márcia Dayrel; 4) o presidente do Conselho Distrital de Saúde Pampulha, José Gilson Guedes Moreira, em participação remota; e 5) a presidenta da Associação de Prevenção do Câncer na Mulher - Asprecam - e integrante da Comissão Minas Contra o Câncer, Mônica Bessa Reis, em participação remota.

O presidente enfatizou a importância da presente discussão e comentou sobre casos em que pacientes oncológicos deixam de comparecer ao tratamento pela impossibilidade de arcar com os custos do transporte coletivo. Disse que a demanda por um transporte público gratuito para pessoas em tratamento médico é antiga e sempre foi negada sob o argumento de que não havia fonte de recursos para arcar com os custos decorrentes desse passe livre. Afirmou que a cobrança de todo o custo do sistema de transporte público dos passageiros é injusta e que era preciso a instituição de um subsídio como o atual. Informou que o governo federal alocou cinquenta e sete médicos do Programa Mais Médicos para Belo Horizonte e disse que isso permitirá que todas as quinhentas e sete equipes do Saúde da Família estejam completas com médicos. Denunciou que a PBH estava demitindo ou remanejando médicos do Programa Saúde da Família. Disse que a chegada de novos médicos por meio do Programa Mais Médicos não pode servir de justificativa para reduzir os



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

médicos vinculados diretamente à Prefeitura.

O presidente registrou a presença do presidente do Conselho Municipal de Saúde de Belo Horizonte - CMS-BH, Antônio Pádua Aguiar.

Antônio Pádua Aguiar saudou a todos e enfatizou a importância da concessão de passe livre para os pacientes de oncologia, mas cobrou a ampliação desse passe livre para outros pacientes, em especial de consultas especializadas. Disse que muitas pessoas perdem consultas médicas pela impossibilidade de arcarem com os custos do transporte coletivo.

Aparecida Maria de Oliveira Silva cobrou a ampliação do passe livre para todas as pessoas em tratamento de saúde. Lembrou que, com a falta do direito ao transporte, o direito à saúde fica comprometido.

Paulo Lúcio de Chagas enfatizou a importância de que o acompanhante do paciente também tenha direito ao passe livre. Disse que o objetivo final é o passe livre para todos no transporte público em Belo Horizonte.

Mônica Bessa Reis apresentou o trabalho desenvolvido pela Asprecam e comentou sobre as dificuldades enfrentadas pelos pacientes oncológicos com relação ao transporte público em Belo Horizonte. Denunciou que a regulamentação atual do passe livre prevê um prazo de trinta dias para que o paciente receba a resposta do pedido de gratuidade do transporte. Disse que esse prazo é muito excessivo e pode comprometer o tratamento. Lembrou que o regulamento prevê a necessidade de renovação do pedido de passe livre a cada três meses e afirmou que essa exigência pode provocar a interrupção do tratamento e comprometer a sua eficácia. Manifestou sua esperança de que o passe livre seja ampliado para outros pacientes.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Márcia Dayrel apresentou os procedimentos previstos para concessão do passe livre para os pacientes oncológicos e enfatizou a intenção de facilitar os procedimentos, inclusive com a realização do procedimento pela *internet* com o recebimento do cartão no BH Resolve. Justificou a necessidade de revisão trimestral do benefício em função da grande variabilidade de necessidade de passagens ao longo do tratamento. Disse que a avaliação da situação desses pacientes deve ser feita pelo serviço social do hospital de referência onde é feito o tratamento e que o formulário emitido nessa avaliação já contemplará a necessidade de acompanhante e o número de passagens necessárias para o tratamento. Esclareceu que, após essa avaliação, basta o paciente apresentar esse formulário por meio do portal da Prefeitura na internet. Informou que o prazo de trinta dias está sendo previsto em função da implantação do processo na Superintendência de Mobilidade do Município de Belo Horizonte - Sumob. Ressaltou que a passagem do acompanhante está contemplada na concessão da gratuidade, mesmo que o paciente já tenha gratuidade por idade. Disse que o plano assistencial é definido pelo próprio hospital para o paciente.

O presidente disse que, em conversa com o superintendente de Mobilidade, André Dantas, foi avaliada a possibilidade de utilização de valores de subsídios que não estão sendo pagos às empresas por atrasos e má qualidade do serviço para ampliar o passe livre para pacientes em atendimento médico. Informou que o superintendente solicitou os números de pessoas que seriam beneficiadas para avaliar a possibilidade. Sugeriu que a gratuidade seja operacionalizada por meio de Código QR emitido junto com o laudo do hospital, sem necessidade de emissão de



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

cartões.

Antônio Pádua Aguiar comentou sobre a possibilidade de ampliação do passe livre para outras categorias e alternativas para custeio desse benefício.

José Gilson Guedes Moreira manifestou sua satisfação de participar da presente discussão e lembrou da luta pela gratuidade ao transporte público para pacientes do Sistema Único de Saúde - SUS. Colocou-se à disposição para auxiliar no que for possível na presente discussão.

O presidente propôs que seja garantido o passe livre para todos os pacientes para consulta e procedimentos médicos especializados. Disse que, caso não seja possível, seja garantida a gratuidade para todas as famílias cadastradas no Cadastro Único - CadÚnico, em situação de vulnerabilidade social.

Márcia Dayrel lembrou que a mesma dificuldade é enfrentada por pacientes com doenças crônicas e sugeriu que essas pessoas sejam incluídas nos casos de gratuidade.

O vereador Pedro Patrus elogiou a iniciativa de realizar a presente audiência e enfatizou a importância de sistematizar as propostas feitas de forma a permitir a sua discussão e potencial operacionalização. Disse que é preciso levar essas propostas para discussão com a Sumob. Ponderou ainda que nem todos terão acesso ou facilidade para uso da tecnologia necessária para garantia da gratuidade nos moldes previstos. Lembrou que o objetivo final é o passe livre universal.

Márcia Dayrel apoiou a manifestação do vereador Pedro Patrus e lembrou que o serviço social não pode acessar os dados pessoais do paciente em função do sigilo desses dados.

